LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI N° 7.210 DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.
TÍTULO IV DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 86. As penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de uma unidade federativa

- podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União.
- § 1º A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher os condenados, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado.
 - * § 1° com redação dada pela Lei nº 10.792, de 01/12/2003.
- § 2º Conforme a natureza do estabelecimento, nele poderão trabalhar os liberados ou egressos que se dediquem a obras públicas ou ao aproveitamento de terras ociosas.
- § 3º Caberá ao juiz competente, a requerimento da autoridade administrativa definir o estabelecimento prisional adequado para abrigar o preso provisório ou condenado, em atenção ao regime e aos requisitos estabelecidos.
 - * § 3° acrescido pela Lei nº 10.792, de 01/12/2003

CAPÍTULO II DA PENITENCIÁRIA

Art. 87. A Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado. Parágrafo único. A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios poderão construir Penitenciárias destinadas, exclusivamente, aos presos provisórios e condenados que estejam em regime fechado, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, nos termos do art. 52 desta Lei. * § único acrescido pela Lei nº 10.792, de 01/12/2003.